Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 102: ESTATUTO DO DESARMAMENTO - I 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 102 Brasília, 27 de abril de 2018

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 23/03/2018.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 102: ESTATUTO DO DESARMAMENTO - I

1. O crime de posse irregular de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido (art. 12 da Lei n. 10.826/2003) é de perigo abstrato, prescindindo de demonstração de efetiva situação de perigo, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física e sim a segurança pública e a paz social.

Julgados: AgRg no AREsp 1212969/AL, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2018; RHC 088783/RN, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 26/02/2018; AgInt no HC 397946/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 14/11/2017; AgRg nos EAREsp 1027337/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 30/05/2017; AgRg no REsp 1621389/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 01/08/2017; AgRg no AREsp 828250/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2017;

2. O crime de porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido (art. 14 da Lei n. 10.826/2003) é de perigo abstrato e de mera conduta, bastando para sua caracterização a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia.

Julgados: AgRg no RHC 086862/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 28/02/2018; HC 396863/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 22/06/2017; AgRg no AgInt no AREsp 923594/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 08/06/2017; RHC 063686/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 22/02/2017; AgRg no REsp 1610159/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 16/02/2017; AgRg no AREsp 1011966/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 09/02/2017;

3. O art. 14 da Lei n. 10.826/2003 é norma penal em branco, que exige complementação por meio de ato regulador, com vistas a fornecer parâmetros e critérios legais para a penalização das condutas ali descritas.

Julgados: RHC 035260/PI, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 21/11/2017; RHC 051739/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 17/12/2014; HC 108190/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 08/09/2009;

4. O crime de disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei n. 10.826/2003) é crime de perigo abstrato, que presume a ocorrência de dano à segurança pública e prescinde, para sua caracterização, de comprovação da lesividade ao bem jurídico tutelado.

Julgados: AgRg no AREsp 684978/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/12/2017; AgRg no AREsp 651666/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 13/04/2015; REsp 1494303/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 16/12/2014; HC 234637/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 22/04/2013; AREsp 1160957/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Publicado em 05/03/2018; AREsp 971198/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, Publicado em 21/02/2017;

5. O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito (art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003) é crime de perigo abstrato, que presume a ocorrência de dano à segurança pública e prescinde, para sua caracterização, de resultado naturalístico à incolumidade física de outrem.

Julgados: AgRg no RHC 086862/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 28/02/2018; AgRg no AREsp 1130365/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 04/10/2017; HC 407310/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 27/09/2017; HC 322956/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 29/08/2017; AgRg no AREsp 1069131/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 22/05/2017; AgRg no AREsp 523431/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 22/03/2017;

6. A *abolitio criminis* temporária prevista na Lei n. 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005. (Súmula n. 513/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 ? TEMA 596)

Julgados: HC 405337/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 11/10/2017; AgRg no AREsp 881265/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 22/09/2017; AgRg nos EDcl no AREsp 995154/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 28/08/2017; HC 310369/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 26/10/2016; AgRg no AREsp 405534/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 27/05/2016; REsp 1311408/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 20/05/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 519) (Vide Súmula Anotada N. 513/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

7. São atípicas as condutas descritas nos arts. 12 e 16 da Lei n. 10.826/2003, praticadas entre 23/12/2003 e 23/10/2005, mas, a partir desta data, até 31/12/2009, somente é atípica a conduta do art. 12, desde que a arma de fogo seja apta a ser registrada (numeração íntegra).

Julgados: HC 405337/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 11/10/2017; AgRg no Ag 1157679/GO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 14/12/2016; HC 310369/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 26/10/2016; REsp 1575417/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 09/03/2016; HC 214997/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 07/08/2015; HC 298490/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 10/09/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 475)

8. A regra dos arts. 30 e 32 da Lei n. 10.826/2003 alcança, também, os crimes de posse ilegal de arma de fogo praticados sob a vigência da Lei n. 9.437/1997, em respeito ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

Julgados: AgRg no REsp 1611883/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 04/12/2017; AgRg no AREsp 684081/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 26/06/2015; HC 081526/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 02/06/2015; AgRg no AREsp 310823/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 04/08/2014; HC 164321/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2012; HC 237722/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 28/06/2012;

9. A forma qualificada do art. 10, § 3º, IV, da Lei n. 9.437/1997, que foi suprimida do ordenamento jurídico com o advento da Lei n. 10.826/03, não tem o condão de tornar atípica a conduta, mas apenas de desclassificar o delito para a forma simples, prevista no *caput* do dispositivo legal mencionado.

Julgados: HC 162244/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 23/11/2015; HC 064631/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 17/08/2009; REsp 950224/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 05/05/2008; REsp 710680/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06/08/2007; HC 045956/SP, Rel. Ministro NILSON NAVES, DJ 22/05/2006; HC 035582/PR, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJ 06/02/2006;

10. Não se aplica o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados em momentos diversos e em contextos distintos.

Julgados: AgRg no AREsp 754716/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJE 19/12/2017; AgRg no AREsp 635891/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 25/05/2016; CC 134342/GO, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 05/05/2015; AgRg no REsp 1331199/PR, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJE 10/11/2014; AgRg no REsp 1347003/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2014; HC 128533/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJE 13/06/2011;

(Vide Pesquisa Pronta)

11. A simples conduta de possuir ou de portar arma, acessório ou munição é suficiente para a configuração dos delitos previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei n. 10.826/2003, sendo inaplicável o princípio da insignificância.

Julgados: HC 414618/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJE 02/03/2018; HC 430274/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 12/03/2018; AgRg no HC 413017/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 14/02/2018; AgRg no REsp 1604114/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 04/12/2017; REsp 1699710/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJE 13/11/2017; AgRg no REsp 1386771/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 13/09/2017;

12. Independentemente da quantidade de arma de fogo, de acessórios ou de munição, não é possível a desclassificação do crime de tráfico internacional de arma de fogo (art. 18 da Lei de Armas) para o delito de contrabando (art. 334-A do Código Penal), em respeito ao princípio da especialidade.

Julgados: AgRg no REsp 1498667/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 08/05/2017; AgRg no REsp 1599530/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJE 01/09/2016; AgRg no REsp 1497217/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 25/05/2016; AgRg no REsp 1510781/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 14/12/2015;